

**A INSTRUÇÃO PÚBLICA (1872-1875/1887-1888):  
PERMUTA DE LUZES E IDÉIAS  
Os Editoriais de Alambary Luz<sup>1</sup>**

Maria Helena Camara Bastos<sup>2</sup>

**Resumo:** O estudo repertoria o periódico “A Instrução Pública”, editado no Rio de Janeiro e dirigido por J.C. de Alambary Luz (1872-1874/1887-1888). Considerada a primeira publicação periódica de educação e ensino editada no Brasil, é uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo, pois permite acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida, conhecer as lutas por legitimidade que se travam dentro do campo, analisar a participação dos agentes produtores na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam instaurar as práticas exemplares. Alambary Luz é a presença mais significativa e constante. Privilegiamos os seus editoriais, que possibilitam analisar o propósito da publicação, como um fórum privilegiado de discussão e circulação de idéias, com a intenção de *difundir as luzes da instrução* e as modernidades educacionais.

**Palavras-chaves:** instrução pública; imprensa de educação e ensino; século XIX

**Resume:** L'étude repertoria le journal "Le Instruction publique», publié à Rio de Janeiro et réalisé par J.C. Alambary Luz (1872-1874/1887-1888). Considéré comme la première publication régulière de l'éducation et l'enseignement publiés au Brésil, est une instance privilégiée pour apprend les modes de fonctionnement du champ, et permetre accompagné l'apparition et le cycle de vie, d'apprendre sur les luttes de légitimité dans le champ, d'analyse la participation des agents de production dans l'organisation du système éducatif et las discours visant à établir les meilleures pratiques. Alambary Luz est le plus importante et du présence constante. L'étude privilège les editoriaux, qui permet l'analyse de l'objet de la publication en tant que forum de discussion et circulation des idées, avec l'intention de répandre la lumière de l'enseignement et l'éducation moderne.

**Mots-clés:** instruction publique, presse d'éducation et d'enseignement, dix-neuvième siècle

**A INSTRUÇÃO PÚBLICA (1872-1875/1887-1888)<sup>3</sup>**

A imprensa de educação e de ensino é constituída de periódicos que, destinados em sua maioria aos professores, visa principalmente guiar sua prática cotidiana, oferecendo informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta em classe e a didática das disciplinas. Jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para

<sup>1</sup> Este estudo integra o projeto de pesquisa “Educação Brasileira e Cultura Escolar: análise de discursos e práticas educativas (séculos XIX e XX)”, e, especialmente, a pesquisa “Ensino laico e liberdade do ensino no Brasil: discursos e ações (1854-1889)” (CNPq/PUCRS).

<sup>2</sup> Doutora em Educação - História e Filosofia da Educação; Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História/ PUCRS. Pesquisadora do CNPq. [mhbastos@puccrs.br](mailto:mhbastos@puccrs.br)

<sup>3</sup> O microfilme do periódico foi adquirido da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e está depositado no acervo documental do Centro de Pesquisa Histórica do Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS.

professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas – contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares. É um excelente *observatório*, uma *fotografia* da ideologia que preside. Nessa perspectiva, é um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar (CATANI, BASTOS, 1997: p.5).

O estudo do lugar da imprensa pedagógica no discurso social, as estratégias editoriais face aos fenômenos educacionais e sociais revelam-se, assim, ricos de informações ao pesquisador para o resgate do discurso pedagógico, das práticas educacionais, do cotidiano escolar, do grau de submissão dos professores aos programas e às instruções oficiais, da ideologia oficial e do corpo docente, da força de inovação e continuidade que representa, das contradições do discurso.

A ampliação gradativa da instrução pública e, principalmente, de colégios particulares (liceus), na segunda metade do século XIX, eleva o nível de aspirações intelectuais e, por consequência, o aumento de publicações dedicadas à educação e ensino – periódicos; livros didáticos.

Em levantamento realizado da imprensa de educação e ensino no Brasil, no período de 1808 a 1944 (BASTOS, 1997), indicamos vários títulos que abordam temas de instrução pública, anterior ao período da publicação de “A Instrução Pública”. Mas, podemos considerá-lo o primeiro periódico com mais longevidade e centrado no tema e discussões correntes sobre a educação.

“A Instrução Pública”<sup>4</sup> é identificada como “folha hebdomadária”, isto é, semanal, dirigida por José Carlos de Alambary Luz<sup>5</sup>, que teve seu primeiro número publicado em 13 de abril de 1872. A primeira fase do periódico vai até 25 de julho de 1875, totalizando 166 números, com oito páginas em cada exemplar, no tamanho 29 cm por 42 cm [in-fol], com a diagramação em duas colunas. Em 1887 (1º de agosto), o periódico volta a circular sob a mesma direção, publicando, até 31 de dezembro, doze números. Em 1888, publica cinco

---

<sup>4</sup> O periódico “A Instrução Pública” será referenciado nas notas de citação através da sigla IP, seguido do ano, do número e da data de publicação. (IP, ano, número, data de publicação)

<sup>5</sup> Villela (2002, p.47) informa que também dirigiu o periódico “O Diário de Rio de Janeiro”.

números até a semana de 1º de março, retornando somente em 28 de julho de 1888 e finalizando a publicação, definitivamente, em 4 de agosto de 1888, com mais dois números. No total, são publicados 185 números, constituindo, conforme Pierre Ognier (1984), um *corpus* documental de vastas dimensões, um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo<sup>6</sup>.

Os artigos relativos à instrução pública abordam os três níveis de ensino – primário, secundário e superior; escola normal; salas de asilo e jardim de infância; ensino agrícola; instrução nas províncias; a instrução em outros países; as conferências literárias<sup>7</sup> e as conferências pedagógicas<sup>8</sup>; as exposições escolares<sup>9</sup>; as viagens pedagógicas<sup>10</sup>; pedagogia; ensino noturno; o ensino de disciplinas – língua portuguesa; matemática, filosofia, literatura, história sagrada, gramática, geografia; lição de coisas; os métodos de ensino (Pestalozzi, métodos de leitura); pedagogia; formação e profissão docente; exames; família; ensino de surdos-mudos; educação da mulher; co-educação; ensino particular; Colégio Pedro II; ensino obrigatório; liberdade do ensino; ensino livre.

Além de artigos voltados à educação e ensino, duas seções estão permanentemente presentes: Noticiário e Legislação. Outras seções, mais esporádicas, são: Poesia/Contos (32), Bibliografia (5), Charadas Científicas, Questões pedagógicas e disciplinares, Questões gramaticais, Questões administrativas, Mosaico (40), Variedades, Metáforas ou feira de anexins, Caridade. Também apresenta alguns anúncios, especialmente de livros, e publica correspondências recebidas.

Um primeiro levantamento permite verificar os autores que mais publicaram no periódico. Alambary Luz é a presença mais significativa e constante, estando presente em quase um terço dos números publicados. Cabe, no entanto, assinalar que em muitos artigos não há identificação de autoria, o que pode indicar terem sido redigidos pelo próprio diretor.

---

<sup>6</sup> Villela (2001) analisa, por exemplo, os embates no processo de constituição da profissão docente e os movimentos associativos do magistério na Corte, no século XIX, a partir da imprensa pedagógica, no caso A Instrução Pública e A Verdadeira Instrução Pública (1872), dirigida por Manoel José Pereira Frazão.

<sup>7</sup> Sobre, ver Bastos (2005; 2003).

<sup>8</sup> Sobre, ver Bastos (2005; 2003).

<sup>9</sup> Sobre, ver Bastos (2002).

<sup>10</sup> Sobre, ver Mignot e Gondra (2007).

Quadro 1. Autores que mais publicaram no periódico

Autor	Nº de artigos
J.C. de Alambary Luz	52
A. E. da Costa e Cunha	36
Augusto Candido Xavier Cony	27
Conselheiro Autran	24
Teixeira de Azevedo (Professor e farmacêutico)	18
Dr. João Alfredo Côrrea de Oliveira (Ministro do Império)	18
Guilherme Bellegarde (comandante)	13
Mendes Malheiros	6

### AS LUZES DA MODERNIDADE: OS EDITORIAIS DE ALAMBARY LUZ.

Quais são as idéias de J. C. Alambary Luz em relação à Instrução Pública? Quando lemos a “Apresentação”, temos claramente um manifesto que grita para todos os setores interessados, governo e sociedade, para que atentem para o futuro educacional do povo brasileiro.

A instrução pública se tem tornado a primeira necessidade dos povos, porque é deles o farol e alimentação espiritual. (...) Um povo sem instrução chamado para nomear os seus mandatários ou escolhe a quem lisonjeie as suas paixões grosseiras, ou curva-se às argúcias despóticas de seus pretensos mentores. (...) O remédio para todos esses males apenas esboçados, mas sentidos em demasia por nós brasileiros, é um e único, simples e poderoso: - a educação nacional por meio da instrução popular. (...) É para estudar as questões complexas da instrução pública e apontar os meios de melhorá-la que se funda esta escolha. Conservando a discussão na altura que convém a questões meramente literárias, mas de reconhecido, de imediato interesse público, descobriremos todos os vícios da educação social e abriremos espaço para a enunciação de todas as opiniões sem a menor alusão a personalidades. Fraqueando nossas páginas às disciplinas que formam os cursos secundários e superiores, à publicação das atas das sociedades literárias, das academias e faculdades, e ainda mais da legislação escolar e do expediente das repartições públicas, às quais está confiado este ramo da administração, procuramos formar um arquivo de informações e estudos, onde o legislador, o mestre e o aluno possam algum dia apreciar o movimento da instrução geral na idade que atravessamos. Nossa maior atenção, entretanto, se volverá para instrução primária, a mais negligenciada de todas, e a base indispensável, não diremos dos estudos clássicos, mas da grandeza futura desta terra de Santa Cruz. (I P, ano 1, n.1, 13 abr.1872)

Alambary Luz está convicto de que: “a intervenção de todas as classes na administração do país deve ser feita sob o manto do desenvolvimento intelectual do povo”. E completa com a afirmativa: “As urnas populares nas mãos da ignorância transforma-se em verdadeiras Caixas de Pandora, quando deveriam ser os sagrados instrumentos da felicidade nacional” (IP, ano 1, n. 1, 13 de abr. de 1872).

Se tivermos algum tipo de “Aspiração Nacional” esta passa inevitavelmente pela instrução pública oferecida nas escolas para o povo. Esse é o tom que irá conduzir o primeiro editorial. A *civilização moderna* traz em si uma nova organização social que se desenvolve tendo como base a indústria, o comércio, as relações diplomáticas e a formação de uma nacionalidade. Para o futuro do Brasil é necessário que se desenvolvam estes fatores, aplicando os conhecimentos científicos na vida prática e, principalmente, na instrução pública. No passado, o mundo desenvolveu-se, isso é civilizou-se, segundo Luz, “por meio de castas privilegiadas”, porém o *mundo moderno* impõe novas estruturas de participação e essas requerem como condição fundamental um povo instruído. A massa da população que não participava do mundo letrado e não poderia civilizar-se através de uma auto-regulamentação das emoções e gestos, através da leitura e ou do ambiente cultural privado, deveria desenvolver esta primeira regulação nas escolas. Assim, a escola funcionaria como instituição civilizadora das massas, modernizadora social.

Ao longo do editorial, o texto toma uma forma médica, isto é, o autor escreve de forma que os leitores enxerguem os problemas educacionais como sendo *as causas da doença* que prejudicam o desenvolvimento material e moral da sociedade brasileira. O diagnóstico começa pelo histórico do paciente, apresentando como uma das causas do atraso o fato de ter sido uma colônia de Portugal: ”O Brasil colonizado por uma das Potências que menos alterações sofreu depois dos abalos da Reforma, dos Descobrimentos, nas ciências naturais, e das revoluções políticas até os primeiros lustros do presente século” (IP, ano 1, n. 1, 13 de abr. de 1872). Outro fator é a falta de recursos financeiros, conhecimento pedagógico e administrativo para conduzir a instrução pública no Brasil:

Escolas sem apropriada mobília, organização pedagógicas defeituosa, estudos elementares materializados, professores que se formam a si próprios, ausência de método para o ensino, falta absoluta de um programa e de livros para desenvolver a inteligência dos alunos, por toda a parte desgosto, impaciência, desanimo e tédio... eis o que se encontra na quase totalidade de nossas casas de educação pública. (IP, ano 1, n. 1, 13 de abr. de 1872)

Depois do diagnóstico, receita o remédio. “O remédio para todos esses males apenas esboçados, mas sentidos em demasia por nós brasileiros, é um único, simples e poderoso: - a educação nacional por meio da instrução popular”. A educação, como base indispensável para a grandeza futura do Brasil, deve ser cívica por facilitar a internalização de valores modernos no homem: “Trata-se da educação cívica, ou, em outras palavras, da compreensão dos princípios que protegem os indivíduos, a propriedade, a família, a sociedade inteira, e, ainda mais, do conhecimento de todos os direitos e deveres pertencentes ao cidadão”. O

impedimento para o jovem e independente Brasil desenvolver-se é a falta de instrução pública de qualidade, científica e direcionada para o progresso material, moral e intelectual do povo.

O segundo editorial, intitulado “A instrução primária”, começa em tom de alerta, dizendo que: “Para perpetuarmos as nossas liberais instituições, dissemos nós ao iniciarmos esta folha, precisamos de cidadãos; as nossas escolas primárias tais quais se acham estabelecidas não os podem formar”. Alambary Luz chama atenção para a relação entre as instituições democráticas, que garantem a ordem e o desenvolvimento da sociedade, e a correspondente consolidação destas instituições: “A principal garantia dos estados livres para assegurar a sua independência é sem dúvida nenhuma a participação do cidadão nos negócios do país, na alta administração, na organização das leis, nas contribuições financeiras e no imposto de sangue”. A propaganda pela adoção de valores modernos, que conduziram a sociedade ao um novo patamar da civilização, mostra a importância de um povo instruído para a condução de uma sociedade moderna:

É por meio do voto e da imprensa que ele (cidadão) fiscaliza os atos do governo, que emite as suas idéias, que faz valer suas opiniões, desejos e interesses, que influi no andamento da sociedade, que em enfim põe na evidencia a verdade irrefragável de nossa constituição política de que todos os poderes são delegados da nação”. (IP, ano 1, n. 2, 21 de abr. de 1872).

Seguindo as etapas do diagnóstico, o terceiro e quarto editorial abordam “O Professor Primário”, considerado “um sacerdócio ao qual estão confiados os interesses da infância, o progresso dos discípulos e o futuro do país. (...) Missão espinhosa, tarefa melindrosíssima que nem sempre o poder público e até o professor compreendem-lhe o elevado alcance”. O professor aparece como o sacerdote da nação, com a importante tarefa de ser o “transmissor” do saber e de expandir a moral entre os homens:

Assim como a estes levitas (sacerdotes) da instrução pertence uma grande parte nas glórias do povo que se exalta entre os melhores da humanidade, também lhes toca o maior quinhão quando as massas populares ou ainda alguns indivíduos que freqüentaram as escolas se precipitam nos abismos do erro ou vórtice dos crimes. (IP; ano 1, n. 3, 28 de abr. de 1872)

O autor expõe a má situação do professor no Brasil para mostrar que, para desempenhar esta função civilizadora, a profissão deve ser valorizada: “O professor é mal pago, vive por isso desgostoso, e para manter-se decentemente necessita de trabalhar nas horas que deviam ser consagradas ao descanso, ao estudo”. Pela falta de remuneração adequada, o professor é levado a trabalhar demais, sempre cansado, resume sua atividade docente em decorar e recitar a lição dos livros. Não querendo ser mal interpretado em suas

críticas, o editorialista afirma que a culpa deste estado de coisa não é só do professor. Procura distribuir a responsabilidade do problema para cada segmento, de acordo com suas funções. E, falando “francamente”, não quer “criar caso” e sim apresentar a defasagem que se encontra o professor brasileiro em relação à ciência que dá base a sua profissão. O editorial termina falando diretamente aos professores:

No estado de adiantamento a que tem chegado a ciência pedagógica, e do deplorável atraso do ensino primário entre nós, precisamos ser nitidamente francos na enunciação dos defeitos a corrigir, quer escolares, quer administrativos, e ainda mais necessitamos de inspirar simpatia e confiança a todo o professorado em favor das crianças que diariamente se entregam ao seu zelo e direção. (IP; ano 1, nº. 3, 28 de abr. de 1872)

Nessa linha, denuncia que: “O professor mal retribuído e não formado segundo os princípios salutareis e impreteríveis da ciência pedagógica, nem sente o amor da profissão indispensável ao progresso do ensino, nem pode por em prática os melhores métodos para o adiantamento dos alunos”. A idéia é mostrar a relação entre a baixa qualidade do ensino e a falta de conhecimento dos professores. A primeira culpa recai sobre o governo e sua incapacidade de averiguar se os professores dispõem destes conhecimentos. Culpa o governo de só se interessar em descobrir, através de exames, se os futuros professores sabem ler, escrever, contar, analisar alguns trechos clássicos e de catecismo, porém não há nenhum tipo de inquérito sobre como serão os métodos de ensino: “Como procede geralmente o professor no exercício de seu nobre encargo? – Indica ao menino as páginas de um livro para objeto da lição quer seja de gramática ou leitura, quer seja de aritmética ou catecismo” (IP, ano 1, n. 5, 12 de mai. de 1872).

Na continuidade de sua cruzada em prol da instrução pública no Brasil, Alambary Luz trata da “extensão do ensino primário”, em que debate a ampliação do currículo, visando a formação de um cidadão ao moldes modernos, pois mesmo frequentando a escola atual o aluno não adquire as competências que dela se espera.

Como são, porém, essas idéias recebidas sem a intervenção daquele que as conhece deduzidas de princípios verdadeiros? Seguramente elas penetram o espírito e o coração infantis de modo o mais funesto; acumuladas sem nexos e sem luz preparam o terreno para a superstição e o absurdo. (IP, ano 1, n. 6, 19 de mai. de 1872 )

O conhecimento adquirido através dos sentidos seria normalizado na escola pelo contato com as ciências, proporcionando um conhecimento sem distorções do senso comum:

Deste modo e sem o saber, começa a criança a adquirir ideias mais ou menos extensas sobre os objetos que pertencem aos três reinos da natureza mineral, vegetal e animal; sobre uma grande parte das propriedades dos corpos forma, volume, peso; a respeito dos agentes da natureza ar, luz, calórico, e além do mais, dos corpos celestes o sol, a lua e as estrelas.

Eis por tanto o menino com alguns conhecimentos de HISTÓRIA NATURAL, de FÍSICA e de QUÍMICA e até de ASTRONOMIA.

Algum tempo depois e olhando unicamente ao redor de si repara que toda a terra não tem a mesma cor e o mesmo préstimo, e que não pertence ao mesmo senhorio; aqui estão as primeiras idéias de GEOLOGIA E GEOGRAFIA.

Mais tarde na igreja e nas conversas principia ele a ouvir máximas, conselhos, casos e anedotas antigas e modernas de santos e heróis, e de tratar de eleições, de partido e voto livre; e assim se lhe suscitam as primordiais ideias de MORAL, de HISTÓRIA e de POLÍTICA. (IP, ano 1, n. 6, 19 de mai. de 1872 )

Remuneração adequada, melhor qualidade na formação dos professores, ampliação do currículo oferecido nas escolas são os pontos importantes na propaganda que Alambary Luz faz para a modernização educacional brasileira. Com o objetivo proporcionar uma educação de qualidade para o cidadão, a escola moderna traria o contato com as ciências e a luz, formaria o cidadão consciente, que por sua vez conhecendo seus direitos e deveres, apto para seu sustento e posicionamento na sociedade, estaria feliz tanto na coletividade como individualmente. Rompendo desta forma com a reprodução dos erros sociais que estariam impedindo o desenvolvimento cultural, moral e material do Brasil.

A estratégia editorial utilizada para aproximar escritores e público, e para afastar qualquer dúvida com relação aos objetivos propostos pelo periódico, foi abrir espaço de diálogo em suas páginas. Alambary Luz convida os cidadãos que tivessem opiniões contrárias ao que estava sendo vinculado, com as seguintes palavras: “E se as linhas que ai ficam traçadas por mão amiga forem acordar suscetibilidades e gerar fantasias injustiças, enviemos os interessados as suas reclamações para serem estampadas nestas mesmas páginas.” (IP, ano1, n.7, 26 de mai. de 1872). Com isso supõe-se que o autor quer “institucionalizar” as polêmicas geradas pelo periódico.

O primeiro a aceitar o desafio foi o A. Estevão da Costa e Cunha, “ilustre professor da 3ª escola pública da freguesia de Santa Anna desta Corte”, que fala em nome dos professores. Esta matéria apresenta um duplo caráter - de crítica e de adesão. Sua crítica resume-se a afastar do professor qualquer responsabilidade direta pelo estado da educação, assinalando que os mesmos vão até o limite profissional que conseguem com os baixos salários, para realizar seu trabalho e aprimoramento, a falta de reconhecimento social e estatal, a má organização administrativa e a baixa condição material. A adesão expressa-se pela forma irrestrita às idéias divulgadas pelo o periódico, isto é, Costa Cunha apóia a propaganda pelas reformas no ensino primário e também vê a instrução pública como o futuro de um país que

deseja ser moderno e civilizado, acusando o governo de responsável direto por esta calamidade. Também, pode-se destacar duas posições em defesa da melhoria do ensino: currículo e ensino mais pragmáticos, liberdade de métodos e ação para os professores.

O editorial de Costa Cunha possibilita analisarmos a repercussão que os editoriais de Alambary Luz estavam tendo entre professores. Mesmo havendo posições divergentes em alguns pontos, como por exemplo, o maior ou menor grau de culpa dos professores na qualidade da educação, no principal, que é a luta pela conscientização da elevação da qualidade do ensino primário no Brasil, estes dois homens mais se aproximam do que se distanciam. O caminho para alcançar elevado fim é que pode ser diferente.

### CONCLUSÕES PRELIMINARES

A análise de alguns editoriais de Alambary Luz, no periódico “Instrução Pública”, são um fórum privilegiado para analisar e discutir a circulação de idéias sobre as modernidades educacionais e escolares, com a intenção de *difundir as luzes da instrução*. As idéias do editorialista expressam as posições de um grupo que compreendia a instrução pública como um projeto de sociedade.

Para Alambary Luz, o periódico se apresenta como fonte segura e privilegiada para os professores buscarem os conhecimentos em voga nos países centrais como conhecerem as novidades nesta ciência, realizando sua autoformação<sup>11</sup>.

Há um desejo de mudança por parte da elite intelectual brasileira, sem abalar as hierarquias e o status quo, para figurar lado a lado com as potências centrais, saindo de um mimetismo superficial que possibilitasse o país superar suas barreiras históricas para um desenvolvimento material e intelectual compatibilizado com o resto do mundo civilizado. A estratégia foi demarcar o presente como um marco para a superação do passado e travar uma campanha ferrenha buscando apresentar a civilização moderna como detentora das práticas exemplares e discutir os problemas da instrução pública buscando as soluções nos países mais avançados. O Brasil apresentava características predominantemente diferentes (atrasadas) das modernas sociedades - indústria, comércio, relações diplomáticas e nacionalidade deviam ser desenvolvidas em conjunto. Porém, o desenvolvimento necessitava de instrução popular para todas as classes, ministradas em escolas para todos. Não qualquer instrução, instrução tendo

---

<sup>11</sup> Notícias sobre a circulação do periódico nos dão pistas de que as autoridades governamentais patrocinavam sua distribuição entre os professores. Por exemplo, a Província do Rio de Janeiro adquiria em torno de 500 exemplares, para distribuição às câmaras municipais, escolas, bibliotecas, etc. Em 13 de outubro de 1872 (n.27), há a notícia de que o Ministro do Império mandou distribuir gratuitamente para os professores da Corte.

como base os mais modernos preceitos da ciência pedagógica; instrumentalizar o povo tanto para modernidade material e técnica como para o mais desenvolvido conhecimento filosófico.

Outra idéia que podemos apreender nos editoriais é a importância e preocupação com a formação de uma nacionalidade e de um povo. A instrução pública seria a principal e a mais importante transmissora destes valores para o conjunto da população; o cidadão instruído é capaz de realizar seus deveres pessoais e para com o Estado; o cidadão instruído e a partícula do povo consciente capaz de exercer a “opinião pública”, e esta é capaz de impulsionar o governo e a sociedade para o melhor desenvolvimento e, quando preciso, conter a interferência do governo.

Em uma síntese preliminar, podemos destacar as principais idéias de Alambary Luz sobre o mundo e sua sociedade: o Brasil está atrasado em relação a outros países (os países capitalistas centrais), socialmente e economicamente; a escola é a ferramenta de modernização social, com ordem e controle; a classe dos homens “esclarecidos” deve lutar, como nos países centrais, pela educação de seu povo; a instrução pública é o caminho de oportunizar as ferramentas intelectuais para que o cidadão tome consciência de si e participe do Estado; tanto o governo quanto a sociedade civil tem seu papel para educação. Essas idéias, que predominavam entre a elite, mantinham uma relação ambígua com a realidade social do país: “sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas; uma sociedade agrária e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização” (Carvalho, 1996, p.383).

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, M.H.C. A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1940. In: CATANI, Denice B.; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Org.). *Educação em revista*. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p.173-187.
- BASTOS, M.H.C. Permuta de luzes e idéias. As Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890). Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Relatório de Pesquisa)
- BASTOS, M.H.C. As Conferências Pedagógicas dos professores públicos primários do Município da Corte (1873-1886?). Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Relatório de Pesquisa)
- BASTOS, M.H.C. Luzes do Futuro. O Congresso de Instrução Pública do Rio de Janeiro (1883-1884). Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Relatório de Pesquisa)
- BASTOS, M.H.C.; ERMEL, Tatiane de Freitas. *A Instrução Pública (1872-1875/1887-1888): permuta de luzes e idéias*. O Repertório. In: Cultura Material Escolar: Memórias e Identidades. Anais do 14º Encontro de Pesquisadores Sul-Rio-Grandenses em História da Educação/ASPHE. Pelotas: ASPHE/UFPel, 2008. CdRom.
- CATANI, Denice B.; BASTOS, Maria Helena Camara. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.) *Educação em revista*. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio e GONDRA, José Gonçalves. *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n.10, 1993. p.

OGNIER, Pierre. L'ideologie des fondateurs et des administrateurs de l'École Républicaine à travers de la "Revue Pédagogique", de 1870 a 1900. *Revue Française de Pédagogie*, Paris, v. 66, jan.-fev.-mars, 1984, p.7-14.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Da Palmatória à Lanterna Mágica: A Escola Normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. São Paulo: FE/USP, 2002. Tese (Doutorado em Educação). 291 p. + anexos.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Imprensa Pedagógica e Constituição da profissão docente no século XIX. Alguns embates*. In: GONDRA, José (Org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001. p.97-108.